



Rubrica

**Informação n.º 050/2011**

**Processo n.º 33067/2011 (01 volume)**

**Origem:** AT-CICE

**Interessado:** TCDF

**Assunto:** Estudo

**Ementa:** Decisão 5224/2011. Obrigatoriedade ou não de realização de licitação para OS e OSCIP. Forma de atuação do TCDF. Instrução pela Assessoria Técnica da CICE.

Senhores Inspetores,

Tratam os autos de estudo técnico conforme determinação contida na Decisão de n.º 5224/2011, *verbis*:

*“... II. autorizar o encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Inspetores de Controle Externo - CICE, para que promova, em autos apartados, estudos técnicos tendentes a normatizar os procedimentos a serem adotados para as contratações realizadas por Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip's, abrangendo os seguintes questionamentos:*

*a) as entidades sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais ou Oscip's, estariam obrigadas a realizar procedimentos licitatórios prévios nas suas contratações de obras, serviços, compras e alienações, inclusive na modalidade de pregão;*

*b) não sendo exigidos procedimentos licitatórios, qual o procedimento que deveria ser utilizado por essas organizações em suas contratações e qual seria a forma de atuação desta Corte de Contas;*

*c) o § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93 seria aplicado nas contratações realizadas por organizações sociais e OSCIP's quando eivados de possíveis irregularidades e em que nível de abrangência.” (fl. 02)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DOS INSPETORES DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA

Fls.: 30

Proc.: 33067/11

2. Preliminarmente, cumpre informar legislações e normativos a respeito do tema:

- a) Lei distrital nº 4.081, de 04/01/2001 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
- b) Decreto distrital nº 29.870, de 18/12/2008 - Regulamenta a Lei nº 4.081, de 04/01/2008, e dá outras providências;
- c) Lei distrital nº 4.301, de 27/01/2009 - Dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
- d) Decreto distrital nº 30.636, de 31/07/2009 - Regulamenta a Lei nº 4.301, de 27/01/2009, institui e disciplina o termo de parceria, no âmbito do Distrito Federal;
- e) Decreto distrital nº 30.136, de 05/03/2009 - Estabelece normas gerais sobre a organização e gestão dos recursos humanos a serem observadas pelas Organizações Sociais assim qualificadas no âmbito do Distrito Federal;
- f) Decreto distrital nº 30.137, de 05/03/2009 - Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens a ser adotado pelas Organizações Sociais qualificadas assim qualificadas no âmbito do Distrito Federal;
- g) Lei federal nº 9.637, de 15/05/1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências;
- h) [Decreto federal nº 5.396, de 21/03/2005](#) - Regulamenta o art. 19 da Lei nº 9.637, de 15/05/1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências;
- i) [Lei federal nº 9.790, de 23/03/1999](#) - Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;
- j) [Decreto federal nº 3.100, de 30/06/1999](#) - Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23/03/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;



- k) Decreto federal n.º 5.504, de 05/08/2005 - Estabelece a exigência da utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos;
- l) Resolução TCDF nº 164, de 04/05/2004 - Estabelece normas de organização e apresentação das contas das entidades administradas sob regime do contrato de gestão firmado com o Governo do Distrito Federal e das instituições não alcançadas pelas disposições dos arts. 146 a 149 do Regimento Interno do TCDF;
- m) Resolução SEPLAG/CGOS nº 01, de 27/05/2011 - Estabelece os processos e critérios para seleção de Organizações Sociais no âmbito do Distrito Federal.

### ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP

3. A Lei federal n.º 9.790/99, em seu artigo 14, exige que a OSCIP tenha e publique regulamento próprio referente aos procedimentos para contratação de obras e serviços, *verbis*:

*“Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, **regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei**.”* (grifou-se)

4. Na mesma esteira de raciocínio, é a Lei distrital n.º 4.301/09:

*“Art. 13. A celebração do termo de parceria entre o Poder Público e a entidade qualificada como OSCIP, nos termos do art. 2º desta Lei, será precedida de:*

*(...)*

*IX – apresentação de **minuta de regulamento de compras e aquisições**, conforme o disposto em decreto;*

*(...)*

*Art. 19. A OSCIP fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura do termo de parceria, **regulamento próprio contendo os procedimentos a serem adotados para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com o emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no art. 5º, I, desta Lei**.”* (grifou-se)

<sup>1</sup> “Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

*I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;”*



5. O Decreto distrital n.º 30.636/09 detalha:

*“Art. 12. Para atender às exigências do art. 13 da Lei nº 4.301/2009, previamente à celebração do termo de parceria, a Secretaria da área de atuação da entidade deverá instruir o processo com os seguintes documentos:*

*(...)*

*IX – minuta de regulamento de compras e aquisições;*

*(...)*

*Art. 17. São obrigações da OSCIP relativas ao termo de parceria, além das demais previstas na Lei nº 4.301/2009 e neste Decreto:*

*(...)*

*VI – publicar, em jornal de grande circulação, no prazo máximo de dez dias contados da assinatura do termo de parceria, regulamento de compras e contratações, conforme previsto no inciso IX do art. 13 da Lei nº 4.301/2009, contendo procedimentos para promover a contratação de quaisquer bens, obras e serviços, bem como para compras com o emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade, sendo vedada qualquer forma de aquisição ou contratação, com recursos provenientes do termo de parceria, anterior à referida publicação;” (grifou-se)*

## ORGANIZAÇÃO SOCIAL - OS

6. No que se refere à legislação das organizações sociais, a Lei federal n.º 9.637/98 também requer a existência de regulamento próprio contendo os procedimentos que devem adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações:

*“Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:*

*(...)*

*VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;” (grifou-se)*

7. Do mesmo modo dispõe o art. 4º, inciso VIII, da Lei distrital n.º 4.081/01, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações

<sup>2</sup> “Art. 5º Respeitado o disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei, exige-se, para a qualificação como OSCIP, que a pessoa jurídica interessada seja regida por estatuto cujas normas prevejam:

*I – observância, para aplicação de recursos públicos e gestão dos bens públicos, dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência;”*



sociais no âmbito do DF, e do Decreto distrital n.º 28.693/08, que regulamenta a referida Lei.

8. Idêntico raciocínio está presente em publicação sobre o tema, editada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/Secretaria da Reforma do Estado<sup>3</sup>, da qual se pode extrair que as organizações sociais também devem ter regulamento próprio de compras e contratos, *verbis*:

*“Verifica-se também nas Organizações Sociais um expressivo ganho de agilidade e qualidade nas aquisições de bens e serviços, uma vez que seu regulamento de compras e contratos não se sujeita ao disposto na Lei nº 8.666 e ao SIASG.”*

9. Em observância ao art. 19 do Decreto distrital n.º 29.870/08 (que regulamenta a Lei DF n.º 4.081/08), foi editado o Decreto n.º 30.137/09 que aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens a ser adotado pelas organizações sociais (fls. 08/16).

10. No âmbito da União, foi editado o Decreto n.º 5.504, de 05/08/2005, fls. 17/18, estabelecendo a exigência da utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias, aplicáveis às OS's e OSCIP's, *verbis*:

*Art. 1º Os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos que envolvam repasse voluntário de recursos públicos da União deverão conter cláusula que determine que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizadas por entes públicos ou privados, com os recursos ou bens repassados voluntariamente pela União, sejam contratadas mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente.*

*§ 1º Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do caput, para aquisição de bens e serviços comuns, **será obrigatório o emprego da modalidade pregão**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, **sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica**, de acordo com cronograma a ser definido em instrução complementar.*

*(...)*

<sup>3</sup> Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2), p.16.  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB\\_Seges\\_Mare\\_caderno02.PDF](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno02.PDF)



**§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo às entidades qualificadas como Organizações Sociais, na forma da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, relativamente aos recursos por elas administrados oriundos de repasses da União, em face dos respectivos contratos de gestão ou termos de parceria.** (grifou-se)

## ANÁLISE

### Item “II.a” da Decisão

**OS's ou Oscip's estariam obrigadas a realizar procedimentos licitatórios prévios nas suas contratações de obras, serviços, compras e alienações, inclusive na modalidade de pregão?**

11. Nos termos das legislações apresentadas, parece evidente que tanto as OS's como as OSCIP's estão sujeitas aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

12. Também realça cristalino o entendimento de que os mencionados princípios constitucionais podem ser alcançados mediante regulamentos próprios, elaborados pelas OS's e OSCIP's, contendo procedimentos relativos à contratação de obras, serviços, compras e alienações.

13. No caso das OS's, o próprio GDF elaborou Regulamento Simplificado (Decreto n.º 30.137/09). Como a Lei distrital n.º 4.081/01 deixou a cargo dos Conselhos de Administração das OS's a competência para aprovar regulamento próprio, quer parecer que o GDF exorbitou do poder regulamentar ao impor Regulamento Simplificado às OS's. De qualquer sorte, a intenção do Governo local parece ter sido a melhor, até porque não teria como fugir muito do estabelecido, vez que imperativa a aplicação dos princípios constitucionais referidos no parágrafo 11.

14. Portanto, qualquer procedimento adotado pelas OS's ou OSCIP's que atenda aos princípios elencados pode ser utilizado quando da contratação de obras,





serviços, compras e alienações, inclusive o pregão, seja na modalidade eletrônica ou presencial.

15. Aliás, nessa linha a União editou o já comentado Decreto n.º 5.504/05.
16. Por fim, em relação ao tema ora tratado, oportuno destacar excerto da Declaração de Voto do Conselheiro Inácio Magalhães, fls. 03/07, na qual recorda o fato de o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ter, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2009.00.2.012305-3, decidido que:
- “VI - Estando a organização social totalmente voltada para a execução do objeto do contrato, qual seja, prestar serviço de utilidade pública, com pesados mecanismos de cobrança de resultado e sob estreita vigilância da entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada, do Tribunal de Contas e do Ministério Público (seção IV), descabida é a exigência de licitação no desenvolvimento regular de suas atividades, bem como a negativa de dotação orçamentária, utilização de bens públicos mediante permissão de uso (§ 3º do art. 13) e cessão de servidores, observando-se, na última hipótese, a compatibilidade dos direitos, deveres e restrições impostas aos servidores públicos”. (Acórdão nº 491.403, Rel. Des. Lecir Manoel da Luz, 22.03.11) (Grifei).” (os grifos constam da referida Declaração de Voto; o negrito é nosso) (fl. 06)
17. Muito embora não seja esse o cerne da questão da aduzida ADI, entende-se que a expressão “licitação” a que se refere o Excelentíssimo Senhor Relator é aquela de que trata a Lei n.º 8.666/93, ou seja, licitação *stricto sensu*, haja vista a vedação constitucional e legal de gastos de recursos públicos sem observâncias daqueles princípios referidos no parágrafo 11.
18. Porquanto, nas hipóteses em tela, indispensável a realização de procedimento, ainda que simplificado, que preserve tais princípios, quando da contratações de obras, serviços, compras e alienações pelas OS's e OSCIP's.
19. Assim sendo, conclui-se que as OS's e as OSCIP's estão obrigadas a realizar procedimentos licitatórios prévios nas suas contratações de obras, serviços, compras e alienações. Entenda-se por procedimentos licitatórios não somente aqueles elencados na Lei n.º 8.666/93 ou no Decreto distrital n.º 30.137/09, mas quaisquer outros, inclusive na modalidade de pregão, que atendam aos princípios



constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

#### **Item “II.b” da Decisão**

**Não sendo exigidos procedimentos licitatórios, qual o procedimento que deveria ser utilizado por essas organizações em suas contratações?**

**Qual seria a forma de atuação desta Corte de Contas?**

20. Em referência ao primeiro questionamento, acredita-se que já tenha sido respondido. Relativamente à forma de atuação do Tribunal, tal assunto será abordado no tópico seguinte.

#### **Item “II.c” da Decisão**

**O § 1º do art. 113 da Lei nº 8.666/93 seria aplicado nas contratações realizadas por OS's e OSCIP's quando eivados de possíveis irregularidades e em que nível de abrangência?**

21. Preliminarmente, cumpre recordar o referido dispositivo:

*Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos **contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei** será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*

*§ 1º **Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas** ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra **irregularidades na aplicação desta Lei**, para os fins do disposto neste artigo.*

*§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas. (grifou-se)*

22. Conforme demonstrado, a Lei n.º 8.666/93 não tem aplicação impositiva às OS's nem às OSCIP's, visto que essas organizações podem ter regulamentos próprios, não obstante poderem utilizarem-se do referido dispositivo legal.





23. Assim, não sendo os contratos de gestão (OS's) e os termos de parcerias (OSCIPI's) instrumentos regidos obrigatoriamente pela Lei de Licitações e de Contratos Administrativos, o controle das despesas decorrentes da execução desses ajustes firmados com o Poder Público, a ser realizado pelos Tribunais de Contas, não advém da nominada legislação.

24. O controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas sobre os contratos de gestão e sobre os termos de parcerias advém de preceito constitucional, além de sua própria Lei Orgânica, respectivo Regimento Interno e legislação específica:

### Constituição Federal

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (grifou-se)

### Lei Orgânica do TCDF

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei, competete:

(...)

V - realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:

(...)

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;

(...)

XIV - apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle; (grifou-se)

### Regimento Interno do TCDF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DOS INSPETORES DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA

Fls.: 30

Proc.: 33067/11

Art. 3º **Ao Tribunal de Contas compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos dos Poderes do Distrito Federal e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações públicas, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.**

Parágrafo único. **A fiscalização** de que trata este artigo **compreende**, em especial:

(...)

II - o **julgamento das contas:**

a) **dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores;**

b) **dos que derem causa a perda, estrago, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário ou ao patrimônio público;**

(...)

IV - a **apreciação da regularidade:**

a) dos atos de despesas, inclusive os procedimentos licitatórios, contratos, convênios e **outros ajustes;**

(...)

V - a **apreciação de denúncia de irregularidade ou ilegalidade dos atos sujeitos a seu controle;** (grifou-se)

#### **Lei distrital n.º 4.081/08 (OS)**

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

(...)

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, a cada três meses, por comissão de avaliação, indicada pelo Secretário de Estado competente, composta por, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de servidores de carreira da correspondente Secretaria, além de profissionais de notória especialização, que emitirão **relatório conclusivo, a ser encaminhado** àquela autoridade e **ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.**

§ 3º O Secretário de Estado fará publicar, no sítio do Governo na internet e no Diário Oficial, a cada trimestre, os relatórios da comissão de avaliação e da organização social.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de **qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social,** dela **darão ciência ao Tribunal de Contas do Distrito Federal,** sob pena de responsabilidade solidária. (grifou-se)

#### **Lei distrital n.º 4.301/09 (OSCIP)**

Art. 10. **A pessoa jurídica qualificada como OSCIP** nos termos desta Lei **será submetida à fiscalização dos órgãos de controle externo,** inclusive da Câmara Legislativa do Distrito Federal, **que a exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas.** (grifou-se)



Rubrica

25. Assim, o Tribunal de Contas tem a sua disposição procedimentos de fiscalização ordinários, tais como auditorias, tomadas ou prestações de contas anuais e tomadas de contas especiais.

26. Além disso, qualquer licitante ou contratado, pessoa física ou jurídica, e cidadão também poderão representar ao Tribunal de Contas informando sobre ilegalidades verificadas.

27. De salientar que a fiscalização do Tribunal incidente sobre os contratos de gestão ou termos de parceria deverá ocorrer, de forma ordinária, em sede de prestação de contas anual, não obstante inexistirem impedimentos para que, de modo extraordinário, o Tribunal realize inspeção ou auditoria em análise de representação ou denúncia sobre irregularidades, ou ainda quando tais procedimentos estiverem contemplados no Plano Geral de Ação.

28. Ao término, oportuno destacar que tramita nessa Casa o Processo n.º 38.047/05 que cuida de proposta de sistematização de procedimentos de controle das OSCIP's, inclusive definindo os níveis de abrangência das fiscalizações desse Tribunal e apresentando sugestões de *check lists*.

## SUGESTÕES

29. Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente Informação;
- II. firmar entendimento no sentido de que:
  - a. as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público estão sujeitas aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;
  - b. no caso de organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público, a aplicação da Lei n.º 8.666/93 não é obrigatória;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DOS INSPETORES DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA

Fls.: 30

Proc.: 33067/11

- c. as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público estão obrigadas a realizar procedimentos de seleção prévios nas suas contratações de obras, serviços, compras e alienações, que assegurem a observância dos princípios mencionados na alínea “a”;
- d. o controle das despesas decorrentes da execução dos contratos de gestão ou dos termos de parcerias firmados com o Poder Público, a ser realizado pelos Tribunais de Contas, não advém do art. 113 da Lei n.º 8.666/93, mas sim da Constituição Federal, da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal e das legislações de regência;
- e. o referido controle será exercido pelo Tribunal, de forma ordinária, em sede de prestação de contas anual, não obstante inexistirem impedimentos para que, de modo extraordinário, o Tribunal realize inspeção ou auditoria em análise de representação ou denúncia sobre irregularidades, ou ainda quando tais procedimentos estiverem contemplados no Plano Geral de Ação;

III. autorizar o arquivamento dos autos.

À superior consideração.

Brasília, 28 de outubro de 2011.

**EDUARDO MADUREIRA DE SOUZA**  
**ACE – MATR. 467-7**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DOS INSPETORES DE CONTROLE EXTERNO  
ASSESSORIA TÉCNICA

Fls.: 30

Proc.: 33067/11

Rubrica

De acordo com a Informação nº 050/2011.

Brasília, de de 2011.

**José Barbosa dos Reis**  
Inspetor da 1ª ICE

**Agnaldo Moreira Marques**  
Inspetor da 2ª ICE

**Humberto de Souza Ferro Junior**  
Inspetor da 3ª ICE

**Sônia Maria Santos Castro**  
Inspetora da 4ª ICE

**Luiz Genédio Mendes Jorge**  
Inspetor da 5ª ICE

DIGITALIZADO